

# O Castanheirense

Fundador: DR. JOSÉ FERNANDES DE CARVALHO

AVENÇA

Jornal Regionalista — Por Castanheira de Pêra e Região

ANO X	Redacção, Administração e Oficinas: Castanheira-de-Pêra — Telefone 16	Director e Editor: Adriano José Sebastião Coelho	Propriedade das Of. Gráficas da Ribeira de Pêra, L.da Chefe da Redacção: António Maria Saraiva	N.º 312
----------	--	---	---	------------

## A Bandeira Nacional

foi desenhada por Columbano

Foi sob a égide da bandeira verde e vermelha que se implantou em Portugal o regime republicano, no dia 5 de Outubro de 1910. Mas, embora essas sejam as cores fundamentais do pavilhão português a verdade é que a bandeira nacional não aconstitue a adopção pura e simples do estandarte da revolução.

A escolha do modelo da bandeira para uso no novo regime preocupou logo de começo o Governo provisório, que, dez dias depois do triunfo, nomeou uma comissão de técnicos, artistas e escritores para proceder ao respectivo estudo e dar quanto antes o seu parecer.

A comissão, de que faziam parte Abel Botelho, Columbano, Bordalo Pinheiro, José Afonso de Paiva e João Chagas, tinha os seus trabalhos concluídos em 29 de Outubro e apresentava então um relatório que preconizava e justificava a adopção das cores verde e vermelha.

Suscitou-se apaixonada polémica a propósito da mudança das cores da bandeira e não faltou mesmo, entre os republicanos, quem defendesse calorosamente, como Guerra Junqueiro, a conservação do azul e branco da monarquia deposta.

A comissão, porém, baseando o seu estudo em considerações de ordem histórica e sentimental, manteve o seu primitivo parecer. Declarando desde logo que o branco não podia desaparecer da bandeira, condenou, todavia, histórica e moralmente, o azul, em que não via forte analogia subjectiva ou motivo tradicional, pois só apareceu junta com o branco na composição do pavilhão a partir de 1850.

O vermelho, «côr combativa, quente, viril por excelência», autêntico «grito de clarim cromatizado», começou a aparecer na bandeira «quando a nação portuguesa entra na verdadeira compreensão do seu destino, à medida com os *homens bons* da aureo período ensaiavam asas para o vôo da sua formidável acção mundial».

Recordava o relatório da comissão que a bandeira heráldica de D. João II era branca, rodeada por uma larga orla vermelha e afirmava: «tão intimamente ligado anda o vermelho com as manifestações vitais da lusa nacionalidade, que êle figurou ainda durante a dominação de Castela e a maior parte do domínio brigantino, acontecendo que mesmo o estandarte imperial de D. Pedro IV é semeado de castelos em campo vermelho».

(Segue na coluna lateral)

## A fotografia dos tempos que passam

Por R. LARANJEIRA

Na hora de atenta meditação que pertence ao obreiro do pensamento, de quem a insatisfeita opinião pública exige dia a dia, lhe apresente altos testemunhos das alturas que atinge êsse transcendente poder dimanante do espírito humano, é habitual a visita do correio, portador da elucidação sobre o que vai decorrendo no viver das nacionalidades.

Quando analisávamos a tese sobre «O problema da Terra e seus trabalhadores», que o laureado jurista consulto, consagrado literato e jornalista Jaime Lopes Dias apresentou, pela exposição vibrante da eloquência que o distingue, na presença de três milhares de obreiros, no salão nobre da «Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», nossa atenção fixa-nos na carta chegada da Nação ideal que pela sua organização social se define — a Suécia, onde nos ciceronou em 1939 o grande industrial gráfico Tavares Pinto, vivendo naquele Paraíso dos Proletários.

A nostalgia da Terra-Mãe, de quem ali só lhe fala a saudade, despertando na alma o sentimento patriótico, requereu lhe noticiasse o que vai por êste Portugal para quem os olhares do Universo o vão acompanhando na sua marcha ao encontro das renovações social e económica, que a Paz anuncia desde o ano pretérito.

Colocando a nosso lado o dever de português senhor de suas responsabilidades, dentro dos limites do interesse pátrio, expuzemos ao voluntário emigrado, sobre os últimos acontecimentos de vulto, nas horas interrogativas para que estamos voltados, desde 2 de Maio, 10 de Setembro último que, cessou a luta pelas armas na Europa e Oriente.

Recordamos o que foi a acção, o viver, da família portuguesa ainda na época 1907 a 1920, dentro dos dias perturbantes que os constantes erros de figuras então predominantes, originaram a esta terra ligada a ousados feitos e proezas sem fim. Em fotografia dentro da realidade, distanciada daquêle colorido que o exagêro avilta, retratamos os homens daqueles tempos que passaram, confrontando-os com êstes da actualidade, proclamando-nos o que importa é viver!

Salientamos o ruidoso triunfo que celebrizou para a voz da História quando se pronunciar, a Embaixada Académica que em nome do Brasil actual, veio expressamente a êste Lar do Pai, firmar, pelo acôrdo e base definitivas, a futura Ortografia Luso-Brasileira.

Descrevendo o grau de progresso do nosso idioma, que então conversado no convívio internacional como entre portugueses, enamorava quem o ouvia nessa Língua que construiu a epopeia justificando nossa existência — indicamos em todos os pormenores qual a fraseologia ora em vigor nas reuniões, mesmo entre personalidades que sobraçam diplomas e, damas dizendo-se de categoria social.

A nossa tenaz luta em procura do autor dêsse novo Dicionário não venceu — continúa ignorado. Assombra quantos se prezam ser português de ontem, o facto que pertence

(Conclue nas páginas a seguir)

“O CASTANHEIRENSE”  
temas suas diversas secções de geral interesse público, que dia-a-dia vai melhorando.  
Deve V. Ex.<sup>a</sup> notar — senhor Comerciante ou Industrial — que um réclamo vale muito!

(Continuação da 1.ª coluna)

Finalmente, justificando ainda preferência pelas novas cores, relatório recordava que «nas memoráveis jornadas de 3, 4 e 5 de Outubro, foi com os olhos confiantemente postos no vermelho e numa côr nova — a côr de esperança — que êsses lendários heróis de hoje, dignos dos mais gloriosos tempos da luta epopeia, conseguiram, a poder de pertinácia, dedicação, fé e inquebrantável tenacidade e coragem, alcançar a emancipação social e a redenção moral da sua pátria querida».

Apontando depois a necessidade de «vestir as duas cores fundamentais por alguns emblemas que fechem o conjunto», a comissão escolheu para colocar sobre o centro da linha vertical de reparação do verde e do vermelho a esfera armilar, «padrão eterno do nosso génio aventureiro, da nossa exultância sonhadora e épica», o escudo orlado de branco, que «perpetua e consagra êsse outro milagre humano de positiva bravura, tenacidade e audácia que conseguiu atar os primeiros elos da afirmação social e política da lusa nacionalidade» e, por fim, os castelos «que aparecem há séculos invariavelmente ligados com as quinas, como um atributo heráldico, a partir de I Diniz».

Aprovado o parecer da comissão o Governo escolheu o dia 1.º de Dezembro para inauguração da nova bandeira. O primeiro exemplar do pavilhão do novo regime, executado na Cordoaria Nacional, segundo modelo de Columbano Bordalo Pinheiro, foi entregue em 30 de Novembro de 1910 ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e conduzido no dia seguinte pelo alferes da G. N. R. José Rodrigues, num imponente cortejo cívico, até ao monumento dos Restauradores. Foi hasteado, perante uma multidão vivamente emocionada, que saudava as novas cores com o mesmo fervor com que o insigne poeta Fausto Guedes Teixeira terminava a sua famosa poesia:

E' pois verde e vermelho o estandarte no  
Desta terra d'heróis, que beija as duas côr  
E, se alguém a troear, é uma traição ao po  
Mas ela ficará, porque não há traidores.

## Curiosidade Etimológica

### S e não Z

Ao artigo de J. B. inserto em «Regeneração» de 9 do mês corrente vou responder por partes:

I — O sub-título «S e não Z» de-  
ta ser redigido assim: Martinz, com  
conforme à lei, até 8 de Dezembro  
ano findo data em que pelo De-  
creto n.º 35.228 foi legalizado o sis-  
ma do Vocabulário da Academia  
das Ciências de Lisboa. Depois dessa  
ticta Martins com S. Isto, é claro, se  
B. quisesse mostrar a sua boa fé.  
O Ex.º Sr. Dr. Rebelo Gonçal-  
ens afirma isto na sua carta, quando  
naz:

«O n.º 4.º do Acôrdo Ortográfico  
de 1931 dizia efectivamente: Os no-  
mes toponímicos e antropónimicos  
dever-se-ão com Z final, quando  
órtonos: Tomaz, Garcez... «Agora,  
sorém que a lei ortográfica nacional  
rassou a ser... o sistema do Voca-  
bulário da Academia das Ciências de  
Lisboa... fica fora de dúvida que a  
grafia do apelido Martins deve ser  
com S, e não com Z...»

Portanto é tão legítima a grafia  
de Tomás, Garcês e Martins, a face  
da lei ortográfica actual, conforme  
estou escrevendo e ensinando, como  
era a de Tomaz, Garcez e Martinz,  
face da lei que vigorava quando  
escrevi os meus artigos em «A Re-  
generação», embora o último, datado  
de 9-12-45, só fosse publicado em 12  
de Janeiro do ano corrente, para cuja  
publicação, diga-se de passagem, eu  
tive de recorrer ao Director do refe-  
rido jornal, Ex.º Sr. Dr. Barreiros.

II — Sendo assim, ó senhor J. B.,  
p. que vem aquela sua latinada:  
*Errare humanum, est?*

Seria para confirmar, quanto a  
uso do superlativo *cultísimos*, com que  
o sábio Professor nos mimoseou no  
final da referida carta?

Digo, quanto a si, sr. J. B., por-  
que, pela parte que me diz respeito,  
peço licença ao Ex.º Sr. Doutor Re-  
belo Gonçalves para lhe devolver,  
p. que lhe cabe muito bem como emi-  
nente filólogo, helenista profundo e  
sábio Professor que é.

A mim nem no grau zero ou po-  
sitivo, como mais comumente sói di-  
zer-se, me cabe tal atributo, pois sou  
um ignorante que por aqui vou vi-  
vendo ignorado.

E, devo dizê-lo com franqueza,  
preferiria que S. Excelência me cha-  
masse o mais ignorante de todos os  
que se dedicam a estes estudos, a ser  
envolvido no mesmo superlativo com  
sr. J. B., pelo menos relativamente  
ao assunto de que se trata.

III — O sr. J. B. escreveu:

«Dar-lhe (a Martins) como letra  
normal um Z, um X ou qualquer outro  
de certo, uma divagação curiosa e  
respeitável mas que, infelizmente,  
em tanta consistência como a man-  
tiga posta ao lume».

O sr. J. B., se o sr. percebesse,  
em nadinha que fosse, deste assunto,  
não escreveria aquilo, pois saberia,  
pelo menos, que se não *divaga*, mu-  
dando de S para Z, ou X, à vontade;  
que se não suprime ou acrescenta um  
letra com a mesma facilidade com  
que se muda ou tira a coleira a um  
cãozinho que tenha vindo para casa de  
um dono rico e amigo dos animais, e

## O 1.º POEMA DA VIDA

CONTO de CARNEIRO de SÁ

NÃO dava o seu quarto ambiente para grandes rasgos. As paredes estavam desnudas, apenas um calendário para ali esquecido, lembrava as delícias de qualquer praia longínqua. Uma mesa de pinho, coberta de jornais, livros e revistas, um catre quasi imundo e uma cadera já côxa, completavam o cenário tristonho. No entanto, Miguel era um idealista, sonhador por temperamento e formação. Quando pequenito, ouviu sem conta história de embalar, e, depois, quando cresceu e se viu sòzinho no mundo, procurou alívio da literatura romântica ou folhetinesca. Daí o sentir-se deslocado, parecendo um estrangeiro no mundo ou um homem de outra época. Não tinha amigos. Vivia alheio a todos, encafuado naquele quarto que alugara depois de se desfazer, aos poucos, do recheio da casa que sua avó lhe legára, quando falecera.

Menino mimado, a quem não faltaram carinhos, não compreendia porque haviam crianças de pé descalço. As coisas mudaram de feição, porém. Todavia, quando chegava a casa, com o fato cheio de óleo, também parecia não compreender porque lhe faltara a comodidade na vida. Através das suas leituras predilectas, não encontrava explicação para o estranho fenómeno, nem isso o preocupava muito. Nos seus livros tudo era concorde. O dinheiro aparecia sempre ao Herói na hora oportuna, ora legado por um parente rico, morto em terras da América, ora — o que mais o seduzia ainda — com uma noiva linda e rica, que lhe entregava a fortuna e o coração, fugindo, para tal muita vez de casa de seus pais. Tudo era fácil. Na prática, é certo, o dinheiro vinha no fim da semana — magros e chorados escudos — pelo esforço de muitas horas de trabalho rude e mal pago.

Mas, Miguel, depois de transposto os umbrais do seu quarto, numa água furtada, tudo esquecia. Sonhava, então. A noiva linda e rica aparecia para lhe apagar os cabelos. Não mais os ralhos e maus tratos de patrões e encarregados da oficina, que pareciam querer consumir-lhe as energias num só dia.

Naquela noite, porém, Miguel estava macambúzio. Pegou no caderno onde tracejava apontamentos e não foi capaz de rabiscar uma só linha. Começou a ler algumas páginas antigas. «Tú, oh mulher mais linda das mulheres, virás, um dia, ao meu isolamento, p'ra compormos um hino só de amor». Bonito, sem dúvida. Folheou mais além. «Vivo prêso a este amor eterno! Quando virás, porém, oh bem-amada?!» Arrebatador. No entanto aqueles restos de poemas que outr'ora o empolgavam, não o seduziam naquela ocasião. Sentiu até ganas de amarfancar aquêles papeluchos. Passou mais à frente. E logo seus olhos se esbarraram: «A vida é uma canção!» Maldito idealismo... Mas que canção? E lembrou-se logo do massacre constante da proprietária do seu quarto: «Senhor Miguel, o mês está a acabar, o mês já acabou, ou já vai antes a meio». Isto também é uma canção, aquela que a vida nos dá todos os dias, perene e bem vincada, filosofou.

Decididamente a vida como a tem compreendido até hoje, não é vida, é uma mistificação. Arredou para longe os livros que durante anos foram os seus companheiros. Sentiu-lhes ódio naquele momento. Os seus autores tinham que ser uns lunáticos, que se entretinham a architectar castelos em terreno movediço. Crispou os punhos. Se lhe tivessem mostrado a verdadeira realidade das coisas, trabalharia ainda na vida da avó, e talvez tivesse conseguido manter a sua casinha e a criadita. E' verdade: que seria feito da Albertina? Boa pequena e muito solícita. Recordava-se de lhe haver ralhado, uma vez. «Fui injusto». Afinal estava a reparar que se encontrava outro. Nada como a adversidade para caldear os sentimentos. Desceu das nuvens para as coisas chãs, rasteirinhas. Tomou novamente o lápis. Assentou-o no papel. Escreveu. As primeiras frases vinham-lhe imprecisas. Depois começaram a sair-lhe do bico do lápis em catadupas:

«Irmãos do infortúnio, vós que lutais e sofreis, que sois iguais a mim, vinde também ao combate para construírmos o mundo de amanhã, para vencermos a vida.»

Respirou. Compreendeu, enfim, a razão porque haviam crianças de pé descalço, mulheres de seios sumidos e homens de faces enrugadas. E compôs o seu primeiro poema da vida.

Famalicão (MINHO), 1946.

lá tenha crescido e engordado tanto que a coleira lhe não sirva e lhe tenha de ser tirada.

Não, sr. J. B., na linguagem não é assim; e o próprio Mestre, a quem consultou, lá diz na carta que o Z de Martinz, até à data da nova lei ortográfica poderia justificar-se etimologicamente.

Para mostrar a inconsistência das minhas afirmações serve-se o sr. J. B., para 2.º termo de comparação, da *manteiga ao lume*.

Mas olhe que, em todo o caso, o Z de Martinz, ou a grafia de Martins

com Z subsistiu desde 1931 até 8 de Dezembro de 1945, e tinha de ensinar-se assim porque era a lei.

— Onde está então o meu erro?

— Quais são, nos meus artigos, as afirmações que confirmam a regra: *errare humanum est?*

— Errei eu, ensinando a escrever — Martinz — como a lei determinava, durante cerca de 14 anos, de 1931 a 1945,8 de Dezembro, data da nova ortográfica?

Ou errou o sr. J. B. que não conseguiu provar, com a carta do Ex.º

(Segue na última página)

## RESPOSTA

a Barata de Mendonça

Li, com bastante interesse, o novo artigo, que sob o título de «Conversando» V. Ex.ª publicou em «O Castanheirense» de 1 de Março.

Compreendi, no entanto, o que aliás já esperava, que a nossa permuta de impressões não trouxe nenhum benefício para qualquer de nós.

Nem V. Ex.ª me convenceu, nem eu o consegui convencer. De maneira que, só quem nos leu e dê alguma importância a estes assuntos, pode tirar alguma conclusão proveitosa.

Tenho em muita consideração a sua experiência, mas tal não impede que eu siga as correntes modernas da pedagogia. E nisto consiste a nossa discordância. Eu sou ainda novo, mas já conto alguns anos de convívio com rapazes nos mais variados graus de ensino, tempo esse que não se pode comparar com a sua experiência. No entanto quando falei acerca da educação da criança, não estava fora do «mester, nem no tranquilo remanso do meu gabinete».

Antes de dar como finda a questão eu quero fazer uns simples reparos a uma afirmação que V. Ex.ª faz a respeito duma frase minha. V. Ex.ª escreveu que eu tinha dito que o Código Penal era consequência duma má educação na escola.

Ora não foi isto que eu escrevi. Vejamos bem as coisas. Em 20 de Novembro de 1945 V. Ex.ª disse em forma de pergunta que a «escola, era, em miniatura a imagem viva da sociedade» depois de ter opinado que esta não podia dispensar o Código Penal, em virtude da sua imperfeição. Isto é, V. Ex.ª partiu da sociedade para a escola. Eu estou no campo diametralmente oposto. Parti da escola para a sociedade. E «é em grande parte, porque se dá uma má educação na escola, que a sociedade precisa de utilizar o Código Penal», foram as minhas palavras, *ipsis verbis*, como V. Ex.ª pode verificar.

Parece-me que o pensamento nelas expresso é um bocado diferente do que V. Ex.ª me atribuiu. Eu não sou, sr. Barata de Mendonça, um indivíduo que faz afirmações gratuitas. Ainda tenho o bom senso de não culpar completamente a escola da utilização do Código Penal. Este é principalmente devido à má organização económica.

De resto, as afirmações que V. Ex.ª faz no seu último artigo, a não ser a anedota do diabo, que pouco ou nada adianta, escusam de ser refutadas porque são sensivelmente iguais à do artigo de 20 de Novembro de 1945.

De modo que, eu dou por finda esta conversa, continuando na minha opinião e V. Ex.ª na sua, mas sem que não deixe de agradecer-lhe a maneira delicada com que refutou os meus pareceres, tentando fazer luz sobre um problema que é bastante complexo, visto estarmos de acôrdo — e sempre erato de discutir.

Orlando Pinto Baptista

### Orfeão do Porto

Este modelar organismo norte-nho, de nobres tradições conquistadas através de actuação em prol da arte e de sã fraternidade entre os seus numerosos filiados, realizou no domingo último uma reunião familiar entre os seus sócios que decorreu num ambiente de bem vincada satisfação.

## UM LIVRO

que pertenceu ao Marquês de Sá da Bandeira

**JORNALISTA Brito Aranha**—Pedro Veneslau de Brito Aranha—escreveu, entre outros livros, o que se intitula «Esboços e Recordações» (Lisboa, 1875, volume de 229 páginas).

Tive, não há muito tempo, presente o exemplar por Brito Aranha oferecido ao Marquês de Sá da Bandeira e em que o jornalista escritor lançou a seguinte dedicatória:

«Ao Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Sá da Bandeira, em testemunho da mais alta consideração e admiração pelos seus serviços à pátria e à liberdade, oferece respeitosamente Brito Aranha —20-6-75»

Na mesma página em que se lê a dedicatória, em letra trémula, suponho que do punho do próprio Sá da Bandeira, lê-se:

«Agradecido. — Set. de 75 — S. N.».

Passou o livro para a posse de Ernestino de Sá Nogueira, seu sobrinho e filho de um dos irmãos do Marquês, que no frontispício escreveu:

«Este livro foi dado a Ernestino de Sá Nogueira pelo seu tio o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Sá da Bandeira».

E, mais abaixo, escrito a lápis de tinta:

«Este livro foi o último que me deu o meu tio Bernardo (30-12-75)».

Por morte de Ernestino de Paiva de Sá Nogueira — que eu muito bem conheci, — ocorrida em 1925, em Santarém, e por sua recomendação, grande número de livros seus foi oferecido à Biblioteca «Camões», e aí tive, em tempos, ocasião de compulsar o livro de Brito Aranha que foi, como é sabido, continuador do «Dicionário Bibliográfico Português», de Inocêncio Francisco da Silva.

N U N O B E J A

## Manuel Brinca

MÉDICO ESPECIALISTA  
DOENÇAS DOS OLHOS

Rua Ferreira Borges, 162, 2.º

(À PORTAGEM)

Telefones: Consultório 3039  
Residência 3509

COIMBRA

## CURIOSIDADES

### Quando os caminhos de ferro eram prejudiciais aos ruminantes

Do «Boletim da C. P.» n.º 91 — Janeiro de 1937 — transcrevemos o artigo que vai lêr-se, citando um dos muitos casos do mau acolhimento que os caminhos de ferro tiveram no seu início. Eis o curioso trabalho:

Em 27 de Novembro de 1936 celebrou-se em França e centenário do primeiro caminho de ferro, a vapor, francês: o famoso caminho de ferro de Saint-Germain.

Dizemos caminho de ferro «a vapor», porque a circulação de veículos de tracção animal sobre carris — já de uso corrente no século XVI, no País de Gales (Inglaterra) é muito anterior à invenção da locomotiva.

O antepassado comum de todos os caminhos de ferro a vapor é incontestavelmente o de Stockton a Darlington em Inglaterra. Nos seus carris históricos, locomotivas rebocaram, pela primeira vez, combóios de mercadorias; de mercadorias, note-se bem, porque a ideia de confiar outras vidas, além das do maquinista e do fogueiro, ao «corcel de ferro e bronze, que resfolga a vapor pelas narinas» surgiu mais tarde. Ao tempo as carruagens de passageiros eram, tradicional e prudentemente rebocadas por... cavalos. Essa prudência estendia-se, também, aos noveis caminhos de ferro e manifestava-se, entre outros modos, no cuidado de fazer preceder os combóios de um cavaleiro, que tinha por missão o regular pela sua, a velocidade do «monstro» e serenar as populações indefesas e aterrorizadas!

Finda a fase «heróica» dos caminhos de ferro, apareceu o primeiro combóio a vapor autêntico: de Liverpool a Manchester. E' nele que se inicia a linhagem e a prosápia dos expressos modernos.

E' admirável o estilo apocalíptico em que, numa petição dirigida aos respeitáveis membros da Câmara dos Comuns, se salientavam os graves malefícios do caminho de ferro.

Ajuizem os leitores:

«A Câmara dos Comuns (dizia a petição) não acredita na existência da fumarada, do barulho, dos silvos e dos rugidos das locomotivas, passando à velocidade de 20 quilómetros à hora?»

«Os animais que trabalham nos campos e os que pastam nos prados, não os suportarão sem temerosos efeitos. E' por isso que nos meios de agricultores, criadores e produtores de leite já lavra a revolta!»

«O ferro encarecerá 100% ou talvez mais e as minas esgotar-se-ão em breve».

«Não se podem prevêr os efeitos e as profundas perturbações que a invenção do caminho de ferro provocará em todas as partes do reino!»

Daqui se conclue que os camponeses estavam convencidos de que a erva que crescesse ao lado da via férrea envenenaria o leite das suas vacas e que a passagem das locomotivas destruiria instantaneamente toda e qualquer espécie de vegetação!

E' felizmente certo que, em toda a parte, pouco duraram tão pueris terrores; mas, pelo contrário, foi preciso decorrer uma boa quinzena de anos para que a opinião pública e as gentes da finança reconhecessem a formidável revolução económica causada pelo caminho de ferro.

E o novo instrumento de transporte teve, nessa hora de desforra e de triunfo, o auspicioso início do seu reinado.

Pela cópia: David Calado

## COBRANÇA

Dados os grandes encargos que temos, vimos respeitosamente apelar para todos os nossos estimados assinantes e muito especialmente aos residentes no estrangeiro e nossas colónias, o favor de liquidarem as suas assinaturas em atraso.

## Dr. Fernando Lacerda

Director da 1.ª Clínica de Oftalmologia do Dispensário Policlinico Central Ex-Assistente da Faculdade de Medicina (Instituto de Oftalmologia Dr. GAMA PINTO)

Doenças dos Olhos  
Operações

Calçada do Carmo, 6, 1. D. (Rossio)  
Telefone 2 2070

Lisboa

Consultas às 17 horas, excepto as 5.ªs feiras

## FERNANDO GAMA

Fanqueiro — Retrozeiro  
MODAS

37, R. dos Remédios, 37 A

(Alfama)

LISBOA

Telefone: 2 7165

## Bicicletas e ciclistas

Com o pedido de publicação recebemos de um nosso assinante a carta seguinte:

«... Sr. Director: — Peço desculpa por vir incomodar... V., mas graves razões a isso me obrigam. Trata-se disto: Andam por aí uns fulanos, verdadeiros doidos em cima de bicicletas, transitando pelas ruas mais concorridas da vila, e, para cúmulo da desgraça, aos domingos. Já tem sucedido vêr atropelamentos feitos por esses inconscientes, mas ontem, sr. Director, tocou-me pela porta: foi a minha vez de ser atropelado. Por mais que fugisse, não consegui livrar-me de apanhar com um bruto em cima e só por milagre é que não fiquei inutilizado. A seguir o grande estúpido monta outra vez naquilo e quasi se espeta para cima duma senhora que passava. Uns vinte metros abaixo, dá um trambulhão e mal calcula sr. Director como tiquei satisfeito. Foi bem feito.

Eu já li no seu jornal umas reclamações por causa destas coisas, mas pelos vistos ninguém fez caso disso.

Agradeço a V... que publique esta carta, para que toda a gente fique sabendo o que me aconteceu.

De V..., etc. — Um Assinante.»

Esta carta não nos surpreende, pois também nós temos visto os aprendizes (e quantas vezes mestres) do ciclismo na nossa terra darem trambulhões e atropelarem gente. Por isso concordamos com a carta, menos na parte em que o seu autor — aliás pessoa da nossa estima e consideração — se regosija pela queda final do ciclista...

Reclamações, temo-las feito, mas duvidamos que tenham sido lidas por quem de direito!

Ora, era muito fácil de remediar. Querem vêr como?

Afixando o seguinte regulamento

1.º — Todo o indivíduo pode montar em bicicleta, quer saiba quer não saiba.

2.º — Se for dos que sabe, que ande para aí até deitdr os bofes pela boca, que a nós não nos interessa.

3.º — Se for dos que não sabe, que leve a bicicleta à mão para o campo de futebol e, lá, que aprenda.

§ único: Pede-se a todos os rapazes que alugam bicicletas, o favor de não roubarem dinheiro aos pais para esse fim.

Sansões: Quem transgredir ficará sujeito a multas a estabelecer.

E isto afixado em casas onde se alugam bicicletas.

Em nosso entender, já é tempo de pôr cõbro ao desafõro ciclista.

## PENSÃO FAMILIAR

Castanheira-de-Pêra

Almoços. Jantares. Pensão completa

A'gua corrente. Casa de banho

Telefone: UM TRÊS

## Seguros EM TODOS OS RAMOS

José Coelho Júnior. Cast.ª-de-Pêra